

Fluxos e Saberes: uma discussão sobre internacionalização da educação, mobilidade acadêmica e as interfaces com o aumento de estudantes colombianos nas universidades públicas do Brasil

Flows and Knowledges: a discussion about the internationalization of education, academic mobility and interfaces with the increase of Colombian students in public universities in Brazil

Fábio Cabral Durso*

Resumo: Este artigo apresenta resultados iniciais de uma pesquisa em curso onde se analisa a internacionalização da educação superior juntamente com alguns programas nacionais e internacionais de mobilidade acadêmica, como por exemplo o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e as bolsas de estudos disponibilizadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Por meio de um estudo bibliográfico busca-se um debate sobre as estratégias do processo de expansão das universidades brasileiras e a internacionalização da educação superior como peça fundamental no aumento de estudantes estrangeiros. Conclusões iniciais indicam que há uma grande similitude entre o número de oferta de bolsas de estudo com o recente aumento de estudantes colombianos no Brasil.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior. Mobilidade Acadêmica. América Latina.

Abstract: This article presents the initial results of an ongoing research that analyzes the internationalization of higher education together with some national and international academic mobility programs, such as the Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PEG) and the scholarships provided by the Organization of American States (OAS). Through a bibliographical study, a debate on the strategies of the expansion process of Brazilian universities and the internationalization of higher education as a fundamental part in the increase of

* Cientista Social formado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração-Latino Americana (UNILA) e, no presente, atua como pesquisador em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: fabiodurso@outlook.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

foreign students is sought. Initial conclusions indicate that there is a great similarity between the number of scholarships offered with the recent increase of Colombian students in Brazil.

Keywords: Internationalization of higher education. Academic Mobility. Latin America.

Recebido em: 14/11/2017. Aceito em: 02/04/2019

Introdução

A internacionalização das universidades e a mobilidade acadêmica são temas de alta relevância que dão características as sociedades modernas marcadas pelo contexto da globalização. No presente, os trabalhos intelectuais que buscam entender as mobilidades de um território não estão limitados apenas em conhecer e analisar os movimentos e fluxos no interior do país, mas também resulta na busca importante sobre este tipo de mobilidade que transcende as fronteiras. Usando tal perspectiva e ótica, é passível de compreender um certo aumento de estudantes internacionais nas universidades brasileiras, visto que o país vem recebendo uma grande quantidade desses atores e sujeitos do movimento migratório caracterizado pela internacionalização da educação e a mobilidade acadêmica como consequência deste fenômeno. Neste sentido, este artigo tem por objetivo central levar à compreensão e ao debate sobre o aumento no número de estudantes colombianos para as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) no Brasil, usando como argumento a internacionalização da educação como eixo central e norteador para base deste estudo, bem como a utilização de alguns dados e resultados do Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG) e as bolsas oferecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em parceria com as universidades públicas do Brasil.

Os resultados iniciais deste texto constituem e são parte de uma pesquisa¹ de mestrado, no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar

em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) que ainda se encontra em andamento. Ou seja, este texto nasce das discussões preliminares que levam ao aumento de estudantes colombianos para as instituições de ensino superior no Brasil tomando como ponto central a abordagem da Internacionalização da Educação Superior no país. Contudo, compreende-se que os estudantes colombianos que estão presentes nas universidades brasileiras são atores que, em geral, tem um vínculo acadêmico notório e, por sua vez, é possível perceber suas experiências cotidianas, as suas formas de sociabilização neste espaço de variadas disputas que se dão no campo do saber científico e são integrantes do cotidiano universitário ao novo contexto no qual estão inseridos. Ou seja, o objetivo deste artigo é de levar em debate a chegada de muitos estudantes colombianos nas universidades públicas brasileiras pelo processo de internacionalização da educação superior. Tal vinda é marcada sobretudo pelo aspecto da educação superior no Brasil em contraponto a educação superior colombiana. Além disso, há de se levar em consideração os aspectos migratórios que específicos da Colômbia e que marcam o contexto da chegada destes estudantes nas universidades brasileiras.

Para a realização deste trabalho e para ampliar o debate acerca do processo de internacionalização, mobilidade acadêmica dos colombianos nas IES brasileiras, este estudo parte de uma natureza qualitativa fazendo uma abordagem de referências bibliográficas que, nas palavras de Andrade (2001), mostram pressupostos particulares coadjuvantes para as deduções de um fato, bem como, um estudo descritivo com caráter de se referir aos fatos que são observados, analisados e interpretados. Este artigo consiste em cinco momentos para analisar as interfaces da internacionalização da educação superior entre

¹ Pesquisa iniciada em janeiro de 2017 no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG/IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A discussão aqui se refere a um trabalho introdutório sobre internacionalização educação e alguns resultados preliminares sobre assunto, sobretudo com a chegada de estudantes colombianos em algumas universidades públicas no Brasil.

Brasil e Colômbia, além de se gerar um debate introdutório sobre o processo de chegada destes estudantes nas universidades brasileiras. Após esta introdução, o primeiro segmento do texto nos mostra os conceitos e abordagens gerais sobre a internacionalização da educação superior e mobilidade acadêmica, sobretudo fazendo uma aproximação com o contexto brasileiro nos últimos anos. O segundo momento do trabalho, busca discutir a internacionalização no processo de globalização, onde a educação é atribuída a um papel de relevância nesse contexto de difusão do conhecimento. O terceiro elemento do texto aborda os paradoxos do fenômeno da internacionalização do ensino superior no Brasil, fazendo uma abordagem entre os processos econômicos e a expansão dos cursos de pós-graduação no país como atrativo para estes estudantes colombianos. Já no quarto momento do estudo se discute a recente aproximação entre o Brasil e Colômbia nos últimos anos, tal como uma breve abordagem da educação superior na Colômbia, tendo como um ponto chave a mobilidade estudantil internacional e o Brasil como novo destino para estudantes colombianos. A quinta parte do trabalho aponta questões importantes da educação superior na Colômbia em seus principais aspectos comparativos. Além disso, há um debate da estrutura curricular de formação do ensino superior no país, até a problemática do acesso ao financiamento estudantil.

Por último, nas ponderações finais, há uma breve retomada das principais questões do texto sobre a internacionalização da educação superior, mobilidade estudantil entre Brasil e Colômbia e resultados iniciais desta pesquisa que se encontra em curso, bem como, outros dados que mostram que há uma grande similitude entre o número de oferta de bolsas de estudo com o recente aumento de estudantes colombianos no país.

A internacionalização da educação superior no contexto brasileiro

Sabe-se que a produção de conhecimento é um objeto histórico da humanidade, que vem desde os seus primórdios até os dias atuais. Desde a criação das universidades houve uma estimulação de mobilidade de professores e estudantes e, nesse sentido, se dava inicialização de “construir o internacional” que já se formulava

no meio acadêmico. Ou seja, as trocas culturais e científicas não são um fenômeno da contemporaneidade. Em geral, as universidades eram formadas por professores e estudantes que migravam de diversas regiões, lugares e países, formando comunidades internacionais com o objetivo de se obter outros tipos de conhecimento (STALLIVIERI, 2003). Partindo do pressuposto que as universidades são instituições culturais, sociais e políticas, buscamos identificar as suas relações e suas formas de internacionalização, assumindo de maneira significativa um papel importante na globalização, o que, segundo Ianni (1994), são poucos os que formulam abordagens gerais abrangentes e integrativas. E que também “são poucos os que reconhecem que o conjunto de relações, processos e estruturas que descrevem e interpretam diz respeito a um objeto novo constituído pela sociedade global.” (IANNI 1994, p.149).

Segundo Robl (2015), a mobilidade de estudantes e docentes, assim como o reconhecimento de uma instituição a nível internacional, a formação de redes e alianças e as publicações em conjuntos são elementos que indicam o processo de internacionalização. Como afirma esta autora, o processo de internacionalização requer dois indicativos básicos. O primeiro deles é a inserção da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais. E o segundo são as relações externas de professores e estudantes.

O primeiro indicativo está relacionado com aspectos que vão desde as relações externas com outras instituições para o aprimoramento dos planos de estudos, a existência de investimentos financeiros e as alianças interinstitucionais, como também a articulação com outras dimensões do campo da educação. Já o segundo indicativo pressupõe a participação e a existência de convênios de intercâmbio, a existência de professores visitantes, a quantidade de estudantes estrangeiros, a participação a Instituição de Ensino Superior (IES) em redes internacionais, os projetos de mobilidade e uma qualificação de um corpo docente. Neste sentido, podemos distinguir também duas formas de mobilidade acadêmica: uma que procura complementar créditos acadêmicos de um programa local e outra que tem por finalidade a obtenção de um título no exterior, sendo que o primeiro tipo de mobilidade não chama muito a atenção em relação a segundo.

A transitoriedade em decorrência da formação acadêmica vem crescendo e tem uma dimensão importante se considerarmos os programas públicos que existem para um estudante estrangeiro vir a se formar no Brasil. A exemplo disto temos o Programa Estudante-Convênio na Pós-Graduação (PEC-PG) que é administrado entre o Departamento Cultural, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) que é o órgão responsável pela divulgação do programa no exterior. Também a Organização dos Estados Americanos (OEA), em parceria com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), disponibiliza bolsas para os estudantes estrangeiros. Além disso, existe no Brasil o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), programa pelo qual visa a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia brasileira por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional. No entanto, este programa tem por finalidade oferecer bolsas apenas para brasileiros complementarem créditos acadêmicos em outros países. Cabe ressaltar que este último programa se encontra paralisado por questões políticas, econômicas e sociais que recentemente confronta o país.

Deste modo, a mobilidade tanto de professores, quanto de estudantes, o reconhecimento acadêmico que tem uma instituição, as alianças internacionais, as publicações conjuntas entre instituições internacionais, dentre muitos outros aspectos são considerados parâmetros fundamentais para o processo de internacionalização. Neste aspecto, a mobilidade acadêmica, que se dá pelos acordos e convênios entre as universidades brasileiras com as universidades colombianas, como também a participação da instituição no PEC-PG e OEA, reforçam o argumento de que se deve discutir o processo de internacionalização no Brasil.

A internacionalização da educação no processo de globalização.

O processo de internacionalização da educação, segundo Maués e Bastos (2016), tem seu período de grande alcance a partir dos anos 90, devido ao processo de globalização e incidência do capital mundial, onde a educação atribui um papel de relevância nesse contexto de difusão do conhecimento, facilitado pela tecnologia e onde

há um maior fluxo de dados e conhecimentos pelos países membros. Neste mesmo período, a internacionalização da educação se desenvolve no momento que é criado a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem por objetivo regulamentar e gerenciar os acordos internacionais. Ou seja, a educação deixa de ser um direito e assume um caráter de serviço para atender as necessidades do capital.

As instituições universitárias, em sua grande maioria, são complexas e portadoras de atores sociais que interagem e trocam informações a todo momento, comunicando valores, compromissos e identidades, além de ser um espaço de disputa e poder. Podemos dizer que, no presente, as universidades brasileiras de maneira geral estão passando por um processo de ressignificação. No governo Lula (2003-2010), por exemplo, houve uma expansão nas universidades, porém, não se pode deixar de notar que havia a necessidade de transfigurar-se em muitos aspectos, tanto em espaço físico, como no seu contexto acadêmico no que se refere a ações integrativas.

Consequentemente a esse processo de globalização, deve-se ter uma maior abertura para o processo de internacionalização com outras instituições para um intercâmbio de conhecimentos e de experiências acadêmicas. Cabe também as instituições entenderem que o mesmo tipo de globalização que chegou ao mundo dos negócios e da cultura, também chegou ao contexto educacional superior, corroborando para um grande aumento da mobilidade científica internacional e a educação muitas vezes é entendida como um mercado no cenário da internacionalização. Na perspectiva adotada por Ferreira e Oliveira (2010) este argumento pode ser compreendido da seguinte maneira:

A educação superior, entendida como bem público, na perspectiva da cooperação e solidariedade internacional, bem como da produção e difusão do conhecimento sem limite de fronteiras, confronta-se cada vez mais com o referencial da educação superior como bem econômico, capaz de movimentar cifras monetárias significativas em âmbito mundial, visão que gera a disputa por mercados em âmbito global entre universidades, grupos educacionais e empresas. A mobilidade de professores, pesquisadores e alunos ganha uma dimensão mercadológica, tendo em

vista atrair os melhores cérebros e a compra de serviços educacionais. Em tal cenário, somente é possível refletir sobre a educação superior e as universidades no contexto em que estão inseridas articulando-as com o processo de globalização econômica. (FERREIRA & OLIVEIRA, 2010, p. 58)

De acordo com França (2011), uma das críticas a serem feitas às universidades brasileiras por especialistas em educação se deve ao número de docentes e estudantes estrangeiros, comparando-se as outras universidades do mundo. Isso dá pelo fato da análise do percentual no Brasil de professores e alunos internacionais ser relativamente baixo comparado, com outros países como os Estados Unidos ou aos países do continente Europeu. Ou seja, por mais crescente que seja o número de estrangeiros no país, ainda é lento o processo de políticas públicas para ampliar o acesso de estudantes internacionais. Nesse sentido, Silva e Real (2001, p. 143), complementam que no Brasil a educação superior demorou a se desenvolver nesse âmbito, uma vez que a primeira universidade brasileira foi criada em 1920. E antes da Reforma de 1968, o modelo adotado era tipicamente europeu, principalmente o modelo alemão da Universidade de Berlim, o qual previa uma integração entre ensino e pesquisa. Já o modelo francês tinha como regime as cátedras vitalícias.

Os paradoxos da internacionalização da educação superior no Brasil

O Brasil vem se tornando um centro de referência na América Latina por ser uma das economias mais importantes no mundo², no entanto passa por um período de ressignificação devido à crise mundial e sua crise política interna, que de certa maneira afeta no processo de internacionalização e de expansão das universidades. Junto a isso, experimenta também uma política democrática, ainda que muito contraditória, no seu processo de abertura com a conjuntura da mobilidade mundial de estudantes. Há muitas críticas sobre esse tema, no entanto, não querendo

² Nota da página: "ESTRANGEIROS NO BRASIL". O Brasil está na rota dos estudantes estrangeiros. 2013. Disponível em: <http://www.estrangeirosbrasil.com.br/2015/02/20/o-brasil-esta-na-rotas-dos-estudantes-estrangeiros/>. Acesso em 22 jun. 2017

ditar receitas para o modelo educativo brasileiro, podemos considerar o tema da internacionalização ser de enorme responsabilidade. É relevante o fato de melhorar e criar políticas para integrar esses novos atores em relação as possibilidades de uma imersão no universo acadêmico. Ainda que o Brasil nos últimos anos tenha avançado na educação³, todavia há aspectos que devem ser considerados com atenção no ensino superior brasileiro e, portanto, a educação não pode ser entendida como um mercado.

De acordo com Souza Santos (2005), os países democráticos, como por exemplo o Brasil, a indução da crise institucional se dá a partir dos anos 80, quando o neoliberalismo se tornou um modelo global do capitalismo. Diante deste panorama, vem ocorrendo fenômenos interessantes nas universidades brasileiras, como o aumento do currículo, o aumento de intercâmbio de professores e alunos pela nova abertura de acordos e convênios com programas de mobilidade. Assim, o país se torna cada vez mais um líder regional em questões de estudos universitários, uma vez que o Brasil tem condições suficientes para que isso ocorra. Mas devemos estar atentos a crise econômica atual e a instabilidade que passa pelo país nos últimos anos e no presente.

Entretanto, o que falta hoje são mais políticas públicas voltadas para ampliar o acesso à educação superior com equidade e medidas que contribuirão para integrar novos estudantes estrangeiros nas universidades. As medidas que o governo brasileiro vem implementando, como a promoção e a inclusão de novas universidades para a internacionalização, são válidas e legítimas no sentido de tentar melhorar e difundir o conhecimento científico. Vemos que o país caminha lentamente para novas oportunidades de acesso a outros estudantes estrangeiros. Além de ter uma participação razoável no sistema de

³ Houve avanços com a Reforma de Educação superior no Brasil, principalmente no governo Lula (2003-2010), com a adoção de mecanismos para ampliar as vagas no Ensino Superior, e a busca de assumir uma posição mais destacada das universidades brasileiras a nível nacional. Entretanto devemos ter consciência do momento de recessão que o Brasil tenta superar, a exemplo disso são os cortes em educação pelo governo no ano de 2015. Com o slogan "Brasil Pátria Educadora", o governo da presidente Dilma Rousseff, fez cortes de quase R\$ 9,5 bilhões incluindo também a desaceleração em vários programas educacionais, como por exemplo, o programa Ciências sem Fronteiras que visa a mobilidade estudantil internacional de estudantes brasileiros.

educação mundial, o Brasil nos últimos anos passou por um processo de crescimento econômico, porém esse mesmo processo nem sempre estava acompanhado por uma consolidação quantitativa ou qualitativa no que se atribui ao sistema de educação superior.

Segundo Lima (2009), há uma prova relacionada no que diz respeito ao deslocamento estudantil internacional, o qual é mais expressivo entre os países onde se instalaram um sistema de educação superior privado. Diante da crescente apreciação do conhecimento e com a diminuição de investimentos públicos em educação superior, é necessário que os países emergentes, como por exemplo o Brasil, diversifiquem as suas fontes de recursos econômicos frente a comercialização do ensino superior. Mas, apesar do país ser uma referência econômica regional, representando um pouco mais da metade do PIB da América do Sul, a participação brasileira no sistema de educação mundial é moderada e também vulnerável. Depende também do financiamento público⁴, pois concentra-se apenas para o fortalecimento formação da pós-graduação *stricto sensu*.

Brasil e colômbia: uma recente aproximação resultante da mobilidade estudantil internacional

Como vimos anteriormente, entramos na discussão das políticas públicas de investimento e integração da educação superior brasileira. Nesse sentido, apresentaremos agora suas interfaces com a educação superior da Colômbia em nível de Pós-Graduação e o Brasil como um recente destino para a formação continuada para muitos estudantes e professores colombianos. Mas antes de entrar nessa discussão, cabe ressaltar que a internacionalização das universidades é um objeto de estudo de diferentes definições e a mobilidade estudantil é consequência desse processo. Robl (2015) nos mostra, através dos argumentos de Knight (2005), que a internacionalização é um processo que integra os aspectos intercultural das dimensões internacionais. Para a autora o objetivo de uma IES em se internacionalizar compreende num processo de

mudanças que deve estar de acordo com seus interesses. Portanto, caso a dimensão local seja desconsiderada, existe uma grande possibilidade, segundo Knight (2011), de uma reação não esperada, se dando de forma negativa e levando a internacionalização a ser vista como um agente homogeneizador e, por conseguinte, perdendo seu papel principal de integrar as dimensões do internacional e intercultural das atividades acadêmicas.

Para Qiang (2003), a internacionalização tem importância de mostrar as demandas de uma sociedade globalizada, sobretudo das atividades interculturais. Além disso, a entrada de estudantes estrangeiros representa ganhos, pois gera uma movimentação da economia de vários países que se integram neste processo. Outro ponto importante a ser destacado é que existe também um alargamento da mobilidade estudantil, como também de docentes, num panorama de câmbios sociais, econômicos e culturais, preservando e proporcionando a qualidade da formação científica desses atores. A internacionalização vem com o intuito e a relevância de garantir, em certa medida, esforços e também mostrar vínculos entre autoridades e universitários de diferentes instituições. Além de outros campos e espaços para alcançar, de modo geral, a qualidade e melhoria de suas práticas que podem ser traduzidas num processo de respeito à diversidade cultural.

Ao estudar a educação superior colombiana⁵, é possível argumentar que o país vem se transformando no sentido de adotar medidas como a criação de novos programas de graduação e pós-graduação. No entanto, de acordo com Robl (2015), existe ainda na Colômbia uma desigualdade na distribuição de recursos governamentais entre as universidades públicas e privadas, além de também perceber que o sistema educacional possui um alto custo na cobrança de matrículas e mensalidades dos estudantes, sobretudo de pós-graduação. Com isso, também há baixos índices de mestres e doutores no país, o que acarreta na dificuldade de formação

⁴ Cabe ressaltar que no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve uma redução drástica de recursos para a universidade pública e redução da autonomia universitária. (Ferreira; Oliveira, 2010).

⁵ O texto aqui exposto busca dar ênfase no aumento de estudantes colombianos para o Brasil. A educação superior colombiana e os processos sociais que ocorrem na Colômbia é um fator extremamente importante para nossa análise. No entanto, neste trabalho usaremos apenas o panorama da educação superior na Colômbia como forma de entendimento do nosso estudo.

e acesso aos cursos de pós-graduação. Ou seja, dessa forma surge a necessidade de estudar e se especializar em outros países. Assim como no Brasil, há muita coisa a fazer na Colômbia para que o país seja mais justo socialmente. No presente, o ensino superior colombiano visa pela expansão através das IES privadas, assim como ocorre em muitos países da América Latina.

Tendo em vista os argumentos anteriores, e adotando as palavras de Borges (2012), há um esforço de cooperação regional entre Brasil e Colômbia, com algumas finalidades e contradições⁶. Uma finalidade é a pretensão de fortalecer os interesses nacionais utilizando a educação superior como eixo central e como bem público

resultante das ações de estratégicas do Estado e não apenas atendendo os interesses do mercado.

Assim como no Brasil, a Pós-Graduação na Colômbia está fundamentada por programas de Especialização, Mestrado e Doutorado. No entanto, de acordo com os dados apresentados por Robl (2015), a maioria dos programas se concentra no setor privado. Cabe ressaltar um equilíbrio no doutorado, no qual há certa equivalência entre os setores público e privado. Os dados abaixo mostram que há uma baixa oferta em cursos de Pós-Graduação, onde o setor público teve menos números de programas no ano de 2012. Há também um baixo índice de Doutores e um relevante número de graduados com especializações que trabalham nas instituições superiores.

Tabela 1 - Distribuição de Programas Pós-Graduação na Colômbia – 2012

Formação Acadêmica	Quant. Programas	Setor Público (%)	Setor Privado (%)
Especialização	3.278	26%	74%
Mestrado	1.002	39%	61%
Doutorado	181	48%	52%
Total	4.461	33%	67%

Fonte: MEN SNIES; ROBL, p. 148 (2015).

Com os dados da tabela 1, podemos concluir que os baixos índices de mestres e doutores mostram a dificuldade de acesso aos cursos de pós-graduação. E, uma vez que não se tem mestre e doutores, se torna um gargalo para formar outros novos mestres e doutores. Portanto, isso acarreta a necessidade e a vontade de estudar ou se especializar em outro país. Os Estados Unidos é um destino de preferência para muitos colombianos em seu processo migratório, representando 15% dos estudantes no exterior devido grande oferta de programas⁷ naquele país. Em seguida, a Argentina com 12%, a Espanha

com 10%, o México com 9% e Cuba 7%. Já no Brasil, a porcentagem de estudantes colombianos é de aproximadamente 6%, juntamente com a França, mas ainda não é considerado um destino preferencial para muitos. No entanto, houve uma maior procura nos últimos tempos devido a oferta de bolsas, programas, acordos e convênios por parte do governo brasileiro destinado a estudantes colombianos. Vale salientar ainda que na América Latina a língua é um facilitador de entrada nos cursos de Pós-Graduação, exceto no Brasil, a qual ainda é tida como uma barreira para muitos. Os colombianos que chegam ao Brasil buscam títulos de mestrado e doutorado, pois as possibilidades na Colômbia podem ser consideradas baixas e, na maioria das vezes, com alto preço para muitos estudantes.

Neste estudo, para argumentar sobre o aumento de estudantes colombianos no Brasil, buscamos analisar mais a fundo o programa PEC-PG como indicador desse fenômeno. Este acordo de cooperação educacional, cultural, científico e tecnológico, tem por objetivo oferecer a países em desenvolvimento, bolsas em IES brasileiras, para que os estudantes possam realizar seus estudos

⁶ No governo de Juan Manuel Santos (2010-2014) – presidente da Colômbia - houve uma maior aproximação com Brasil. Depois Cúpula de Brasília em 2010 foram firmados 8 acordos bilaterais com os seguintes objetivos: - “buscar gerar desenvolvimento e intercâmbio social na fronteira entre Letícia e Tabatinga, facilitando autorizações de residência, estudos e trabalho; - melhorar a cooperação policial em termos de investigação, capacitação e intercâmbio de informações criminalísticas, antidrogas e de tráfico de precursores; motivar a pesquisa científica e acadêmica entre o Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia (Colciencias) e a Capes do Ministério da Educação brasileira.

⁷ Programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica com incentivos e bolsas. Oferta de programas em pós-graduação nos Estados Unidos.

de pós-graduação no país. No ano de 2013, por exemplo, havia 54 países habilitados a participar do Programa. Foram ofertadas 140 bolsas para fazer o doutorado em IES brasileiras, sendo que 87 bolsas foram para América Latina e Caribe. Desse total geral, 47 bolsas foram destinadas a colombianos, vindo, assim a Colômbia ser o país mais beneficiado dentro da América Latina e Caribe. No que se refere ao mestrado foram selecionados 28 estudantes colombianos.

Tabela 2 – Parte de distribuição de bolsas PEC-PG EDITAL 62-2013 – Doutorado para América Latina e Caribe

América Latina e Caribe	Número de Bolsas
Argentina	02
Bolívia	03
Chile	02
Colômbia	47
Cuba	11
Equador	04
Guatemala	01
México	05
Paraguai	02
Peru	08
Uruguai	01
Venezuela	01
Total	87

Fonte: PEC-PG Edital 62-2013; Robl (2015 p. 154)

A Colômbia foi o país que mais recebeu bolsas em 2013 de acordo com os dados do edital mostrados na tabela 6. Segundo Embaixada Brasileira em Bogotá e com os dados de Robl (2015), 98% dos vistos concedidos para colombianos foram para estudantes de pós-graduação. Porém, muitos desses estudantes conseguiram o visto MERCOSUL, o que dificulta obter números exatos de vistos para estudantes de pós-graduação.

Em geral, temos estudantes colombianos que buscam cursar a pós-graduação no Brasil em razão da grande oferta e também da divulgação dos programas de bolsas que o governo brasileiro oferece à Colômbia e a outros países em desenvolvimento, especialmente o PEC-PG e o programa de bolsas da OEA.

Vimos até aqui fatores que condicionam estudantes colombianos a migrar (de forma temporária ou não) para outros países, como por exemplo, o Brasil, na busca de uma qualificação

melhor. Tais fatores são providos de uma ordem estrutural, os quais se relacionam com a história da internacionalização na conjuntura brasileira, juntamente com os acordos e convênios com outras entidades internacionais e o processo migratório que é característico na história colombiana.

A educação superior na colômbia em aspectos comparativos

Ao estudar a educação superior colombiana, podemos perceber que o país vem se transformando no sentido de adotar medidas como a criação de novos programas de graduação e pós-graduação. No entanto, de acordo com Robl (2015), existe ainda na Colômbia uma desigualdade na distribuição de recursos governamentais entre as universidades públicas e privadas, além de também perceber que o sistema educacional possui um alto custo na cobrança de matrículas e mensalidades dos estudantes, sobretudo de pós-graduação. Com isso, também há baixos índices de mestres e doutores no país, o que acarreta na dificuldade de formação e acesso aos cursos de pós-graduação. Ou seja, dessa forma surge a necessidade de estudar e se especializar em outros países. Assim como no Brasil, há muita coisa a fazer na Colômbia para que o país seja mais justo socialmente. No presente, o ensino superior colombiano visa pela expansão através das IES privadas, assim como ocorre em muitos países da América Latina.

Segundo a Constituição de 1991, a educação na Colômbia é um direito essencial para o indivíduo. É um serviço público que tem uma função de garantir o processo de formação cultural e social permanente onde é fundamentado a concepção total de ser humano envolvendo os seus direitos e deveres. Cabe ao Estado realizar, fiscalizar e supervisionar a qualidade do ensino com o objetivo de propor um desenvolvimento intelectual, moral e físico de cada estudante. Ademais, é dever do Estado ofertar serviços para os estudantes, como garantir o seu acesso e o cumprimento da permanência dos mesmos no sistema de educação. O sistema educativo na Colômbia é dado da seguinte maneira:

- Educação Pré-escolar;
- Educação Básica (primária dos 7 aos 11 anos e secundária de 12 aos 14 anos);

- Educação Média; (3 anos no que corresponde aos níveis 9, 10 e 11);
- Educação Superior.

Os dados da UNESCO nos mostram que em 1985 apenas 65,5% dos alunos estavam regularmente matriculados no nível primário, no entanto, em 2012 houve um aumento para 90%. Os outros níveis passam a ter um aumento gradativo, destacando-se os níveis médio e superior. No presente, o governo tem adotado medidas de concessões e vem fazendo acordos nos modelos de gestão escolar para melhorar o índice de acesso para a educação primária e secundária. Neste regime de concessão, o governo terceiriza a gestão e também a infraestrutura para uma escola particular, e com tais concessões paga-se os custos e as taxas escolares a escola privada. De acordo com Robl (2015), tais modelos apresentaram uma forte oposição do sindicato dos professores, no entanto, apresentam limitações em grande parte. Um apontamento da taxa de analfabetismos das pessoas com mais de 15 anos, de acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE) mostrado por Robl (2015), informa que somente no ano de 2009 a taxa chegou a 7,4%, sobretudo nos grupos étnicos. A população afrocolombiana apresenta uma taxa de analfabetismo de 11,2% e a população indígena 28,6%.

A Carta Constitucional de 1991 marca um período de reformulação para educação superior na Colômbia. Ela foi significativa por dar início a um novo pacto social e político, ademais, define o país como um Estado Social de Direito, tratando a educação como um serviço público. Ao analisarmos a Constituição de 91, podemos perceber que ela propicia uma autonomia universitária, onde as universidades podem gerenciar seus próprios estatutos dentro da lei. No entanto, cabe à Presidência da República ser a responsável para dirigir, fiscalizar e inspecionar tais sistemas educacionais. Há ainda um regime especial para as universidades do Estado, onde se deve prevalecer o fortalecimento da pesquisa científica, as condições para o desenvolvimento tecnológico, tanto das universidades do governo quanto das universidades privadas. Cabe também ao Estado facilitar mecanismos financeiros para o acesso de indivíduos que queiram ingressar ao ensino superior.

O ensino superior colombiano vem se transformando nas últimas décadas. A exemplo disso, em 1992, a Lei nº 30 tem o propósito de organizar e regularizar a educação superior no país. Hoje temos vários indicadores como o DANE que mostram o aumento no número de matrículas nas IES, como também a criação de programas de mestrado e doutorado. Para Robl (2015), esse marco legal colocou no eixo das grandes mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais um modelo de desenvolvimento que articula a pesquisa científica como um arranjo de inovação em áreas consideradas estratégicas numa perspectiva de longo prazo. Porém, na prática esse modelo ainda não funciona como deveria e, portanto, devemos estar atentos e observar o modo de como está sendo implementado no país.

Anzola (2011, p. 03) argumenta que a Lei de nº 30 foi desenvolvida de maneira equivocada, pois ela marca uma série de contradições e a criação de outros setores para avaliação da educação superior, como também a inclusão de outras instituições que não são universidades. Sem dúvida que com a aprovação da lei nº 30 houve uma série de mudanças e reformulações em outras leis e decretos, visando a melhoria do sistema educativo, como por exemplo, a criação de outra Lei nº 115 de 1994 que incorpora as instituições de cunho tecnológico à Educação Superior, porém, isso acarreta para uma formação voltada para atender as lógicas de mercado. A responsabilidade do ensino superior (ES) na Colômbia é do Ministério da Educação (MEN), que deve cumprir com as responsabilidades de organizar, orientar, gerenciar e coordenar o sistema educativo. Para isto, foi criado o Conselho Nacional de Educação Superior (CESU), um órgão governamental de assessoria as políticas educativas. Foi desenvolvido também o Conselho Nacional de Acreditação (CNA), o qual tem como função aplicar as políticas e realizar os processos de “acreditação” em alta qualidade. E por fim, para a avaliação do sistema educativo básico, médio e superior foi criado o Instituto Colombiano para o Fomento da Educação Superior (ICFES).

No que se refere ao financiamento estudantil, foi criado em 1951 o Instituto Colombiano de Crédito Educativo para Estudos Técnicos no Exterior – ICETEX, que no presente atua como uma organização financeira que oferece bolsas de estudos para outros países e organismos

internacionais. É uma entidade que efetiva concessões de créditos educativos para o acesso ao ensino superior tanto, nos níveis de graduação, quanto aos de pós-graduação.

Este instituto está vinculado ao Ministério da Educação (MEN) e financia para estudantes de baixa renda matriculados em IES do país, tanto para Técnicas Profissionais, Profissionais Tecnológicas, Instituições Universitárias e Universidades. Além disso, dispõe créditos para o estudante cursar a graduação e/ou a pós-graduação. Outro mecanismo que cabe destacar é o Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia – COLCIENCIA, o qual é responsável de promover pesquisas, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, fazendo uma junção com os planos desenvolvimentistas no âmbito econômico e social do país. Este programa também oferece bolsas para estudantes que querem se especializar fora do país.

Já o Serviço Nacional de Aprendizagem – SENA, é vinculado ao Ministério do Trabalho. Dispõe de diversos cursos técnicos e tecnológicos que também são contabilizados dentro da Educação Superior. Segundo Robl (2015), este último representava em 2010 aproximadamente 19% do total de matrículas no ensino superior e, ainda de acordo a autora a educação superior colombiana é formada por diferentes instituições que apresentam seus respectivos objetivos e missões:

- a. Universidade: Responsável pelos programas acadêmicos de graduação e pós-graduação;
- b. Instituições Universitárias: Oferecem programas de formação profissional e programas de formação acadêmica como também de especialização;
- c. Instituições Tecnológicas: Oferecem programas em nível tecnológico e tem uma base mais científica.
- d. Instituições Técnicas Profissionais: Dispõem programas de graduação a nível técnico e profissional para determinadas carreiras.

Pode parecer difícil fazer uma diferenciação das Instituições Técnicas Profissionais das Instituições Tecnológicas. Porém, o que diferencia é que a primeira fornece uma formação técnica profissional em pouco tempo de estudo, enquanto a segunda dispõe de uma formação tecnológica

e profissional de nível mais qualificado, podendo neste sentido ter a possibilidade atuar no mercado de trabalho sem a necessidade de um nível superior de formação como existe nas universidades. Ou seja, muitas dessas instituições são criadas para atender a oferta do mercado, sem levar em consideração o conhecimento em si mesmo.

O sistema de educação superior na Colômbia está dividido em IES públicas e privadas. As IES privadas devem ser organizadas por pessoas jurídicas de caráter público e sem fins lucrativos. De acordo com Lei nº 30, artigo 98, elas podem ser constituídas como empresas, fundações e/ou instituições de solidariedade econômica, como por exemplo, a Universidade Cooperativa de Colômbia. Souza Santos (2005) afirma que em alguns países as universidades sem fins lucrativos (com funções semelhantes as instituições públicas) usufruem do estatuto jurídico híbrido entre o privado e o público, esse, por exemplo, é o caso colombiano. Já no que se refere as instituições superiores públicas, elas são classificadas como:

- Instituições Públicas: As quais recebem benefícios do Estado e privilégios do marco legal que consta na instituição;
- Entidades Universitárias Autônomas: Tem autonomia para contratar professores, podem receber benefícios do governo. Essas são contabilizadas como instituições de regime especial.

De acordo com Robl (2015), e com os dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Superior do Ministério da Educação da Colômbia (MEN – SNIES), é possível perceber que em 2012 as instituições públicas representavam 21%, as privadas 72% e as IES de regime especial 7%. Em relação ao financiamento do ensino superior colombiano, podemos também incluir a Lei nº 30 de 1992, a qual também discute questões sobre o financiamento das IES. A Lei prevê “que os pressupostos das universidades nacionais, departamentais e municipais estão constituídos de aporte Nacional para o funcionamento e inversão e também pelos recursos e rendas próprias de cada instituição” (Lei 30, de 28 de dezembro de 1992).

Ainda segundo Robl (2015), há uma desigualdade na distribuição de recursos entre as 32 universidades públicas e estatais. Porém,

segundo os dados da UNESCO, o total de gastos com a Educação na Colômbia teve um aumento gradativo em 1,5% do PIB. Isso quer dizer que em uma década 3% do que representava em 2002 teve um aumento para 4,5% em 2012. Talvez um dos aspectos mais importante nesta investigação seja destacar o papel da universidade pública e sua autonomia que é garantida pela Constituição. Esta autonomia garante a liberdade de ação de uma IES em estabelecer, organizar e direcionar seus próprios recursos em cumprimento da missão social e de sua institucionalidade enquanto função que cada IES desenvolve. Ou seja, na Colômbia cada IES gera seus recursos próprios através da cobrança de matrículas dos estudantes, como também recebem recursos dos acordos e programas de extensão e pesquisa. Isso torna-se um fator relevante para a investigação, pois o elevado custo das matrículas, na maioria das vezes, faz com que um estudante colombiano busque outros países para complementar sua formação, inclusive o Brasil, o qual tem sido um novo destino para este fim. Isso ocorre também devido as possibilidades de acesso, como por exemplo, as ofertas de bolsas, programas e convênios que existem.

Em relação às formas de acesso ao ensino superior na Colômbia em cursos de graduação, o estudante deve ter como requisito o título de bacharel, o qual é obtido com a conclusão do ensino médio, nos níveis dez e onze. O acesso se dá pela realização da *Prueba de Estado*, porém é mais conhecida como Saber 11, por meio do Instituto Colombiano para a Avaliação da Educação (ICFES), que realiza os exames nacionais. Desde 1980, os resultados deste exame é um requisito para o ingresso de estudantes em universidades colombianas. Em 2000, o exame passa por uma reformulação e assume um caráter mais democrático, passando a ter um enfoque por competências, pois devido ao movimento do capitalismo global, o exame deve constar questões sociais, políticas, culturais e econômicas que são diretrizes da educação.

Na Colômbia a Pós-Graduação está fundamentada por programas de Especialização, Mestrado e Doutorado. No entanto, de acordo com os dados apresentados por Robl (2015), e retirados do MEN – SACES, a maioria dos programas se concentra no setor privado. Cabe ressaltar um equilíbrio no doutorado que há

certa equivalência no setor público e privado. Os dados mostram que há uma baixa oferta em cursos de Pós-Graduação, onde o setor público tem menos números de programas no ano de 2012. Há também um baixo índice de doutores e um relevante número de graduados com especializações que trabalham nas instituições superiores. Os Estados Unidos é um destino de preferência para muitos colombianos em seu processo migratório, representando 15% dos estudantes no exterior devido grande oferta de programas naquele país. Em seguida, a Argentina com 12%, a Espanha com 10%, o México com 9% e Cuba 7%. Já no Brasil, a porcentagem de estudantes colombianos é de aproximadamente 6%, juntamente com a França, mas ainda não é considerado um destino preferencial para muitos. No entanto, há uma maior procura nos últimos tempos devido a oferta de bolsas, programas, acordos e convênios por parte do governo brasileiro destinado a estudantes colombianos. Vale salientar ainda que na América Latina a língua é um facilitador de entrada nos cursos de pós-graduação, exceto no Brasil que ainda é tida como uma barreira para muitos. Os colombianos que vem ao Brasil, buscam títulos de mestrado e doutorado, pois as possibilidades na Colômbia podem ser consideradas baixas na maioria das vezes com alto preço para muitos estudantes.

Em geral, temos estudantes colombianos que buscam cursar a pós-graduação no Brasil em razão da grande oferta e também da divulgação dos programas de bolsas que o governo brasileiro oferece à Colômbia e a outros países em desenvolvimento, especialmente o Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG) e o programa de bolsas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Considerações finais

Este artigo trata-se de discussões iniciais de uma pesquisa que ainda está em andamento. No entanto, analisamos a internacionalização da educação no Brasil, bem como suas interfaces com a Colômbia e aspectos fundamentais que devemos ter bastante atenção. Não há apenas um fator que seja determinante para explicar o conceito de internacionalização em si mesmo. Porém, devemos estar atentos aos seus usos e aplicabilidades no contexto no qual estamos

inseridos, principalmente no que se refere ao processo de internacionalização da educação no contexto mundial e global, onde muitas vezes a educação é entendida como uma troca ou um produto para atender aos interesses do mercado. A troca de conhecimentos em diversas universidades ou instituições públicas no Brasil ainda é muito recente e sua tendência é aumentar, porém não é um fenômeno da contemporaneidade.

O processo de mobilidade estudantil, decorrente da internacionalização da educação, está gerando um aumento do número de estudantes colombianos nas universidades públicas do Brasil. Mas este aumento está atrelado também a causas de políticas públicas internas e externas, tanto da Colômbia no que diz respeito a educação superior, a falta de programas de pós-graduação e ao alto custo de uma especialização no país, quanto do Brasil no seu processo de expansão das universidades que se deu nos últimos anos devido a economia crescente em governos anteriores e a oportunidades bolsas oferecidas pelas IES brasileiras em parceria com órgãos do Governo Federal. A exemplo disto citamos o programa PEC-PG e as bolsas de estudos oferecidas pela OEA.

Em suma, diante do levantamento de dados aqui descritos nesta investigação e frente as perspectivas de nossa análise, constatamos que a defasagem de ofertas nos programas de pós-graduação na educação superior colombiana, juntamente com os altos custos do ensino superior naquele país, a oferta de bolsas do governo brasileiro para estrangeiros e o incentivo de programas para estudar em outros países, são fatores determinantes e estruturantes, uma vez que afetam diretamente no aumento de estudantes colombianos nas universidades públicas brasileiras.

Refêrencias

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001

ANZOLA Montero, Germán. Reflexiones Al Proyecto de Reforma de la Educación Superior en Colombia. **Rev.udcaactual.divulg.cient.**, Bogotá, 14 v., N. 1, Junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123422620

11000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

BORGES, F. As relações do Brasil com a Colômbia (1995 - 2010): aproximações e divergências. In: Renata Peixoto de Oliveira; Silvia Garcia Nogueira; Filipe Reis Melo. (Org.). **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**. 1ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012, v. 1, p. 271 301.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Disponível em <<http://celpebras.inep.gov.br/inscricao/>> Acesso em 08 jun. 2017

BRASIL. Ministério da Educação Brasil. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> acessado em 09 jun. 2017

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil na Colômbia. Disponível em <http://bogota.itamaraty.gov.br/pt-br/programa_estudante_convenio_pos-graduacao.xml> Acessado em 09 jun. 2017

CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. División de Población. **Proyecto Investigación de la Migración Internacional en America Latina IMILA de la Comisión Económica para America Latina y el caribe**. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/migracion/imila/>. Acesso em 05 jun. 2017

COLÔMBIA. Ministério da Educação (MEN). Disponível em <<http://www.mineducacion.gov.co/1621/w3-channel.html>> Acessado em 03 jun. 2017.

FERREIRA, S. : João Ferreira de Oliveira . **As reformas da educação superior no Brasil e na União Européia e os novos papéis das universidades públicas**. Nuances (UNESP Presidente Prudente), v. 17, p. 51-68, 2010.

FRANÇA, L. Universidades apostam na globalização. **Revista Você S.A.** Edição 152. 2011. Disponível em. <http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/152/noticias/universidades-apostam-na-globalizacao>. Acesso em 04 jun 2017.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estud. av.** [online]. 1994, vol.8, n.21, pp. 147-163.

KNIGHT, Jane. **Five Myths about Internationalization**. In: **International Higher Education**, n. 62 nov/ dez 2011, p. 14-15. Disponível em: <http://www.checonsult.de/downloads/IHE_no_62_Winter_2011.pdf> Acessado em: 26 de jun de 2017.

LIMA, MC. Mobilidade Mundial de Estudantes. (Portuguese). **Gv-Executivo**. 8, 2 66, Aug. 2009. ISSN 18068979.

MAUÉS, O. C.; BASTOS, R. S. As Políticas de Educação Superior na esteira dos Organismos Internacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n.3, p.699-717 set/dez. 2016

QIANG, Zha. **Internacionalization of Higher Education: towards a conceptual framework**. Policy Futures in Education. Toronto, v. 1, n.3, 2003.

ROBL, Fabiane. **Quo vadis educação superior da Colômbia? Expansão, acreditação e internacionalização**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. .

SILVA, A. M; REAL, G. C. M. As Configurações das Políticas para a Educação Superior e as Reformas do Ensino Superior. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, Goiânia, v.36,n1,p.141-157, jan/jun.2011

SOUSA SANTOS, Boaventura de (2005). **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2005

STALLIVIERI, L. O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-37, 2003

UNESCO. **Compendio mundial de la educación 2010: Comparación de las estadísticas de educación en el mundo**. Canadá: Instituto de Estadística de la UNESCO, Montreal 2010. Disponível em <<http://www.uis.unesco.org>>. Acesso em: 10 maio 2018.